

Produção, acumulação e trânsito dos mapas: uma análise comparativa dos acervos cartográficos do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Maria do Carmo Andrade Gomes

Diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

mariacarmo@pbh.gov.br

Ivana D. Parrela

Professora Adj. da Escola de Ciência da Informação da UFMG

ivanaparrela@ufmg.br

RESUMO

Neste texto são discutidas as distintas formas de constituição de acervos cartográficos a partir do exemplo de duas instituições: o mais que centenário Arquivo Público Mineiro (APM) e o ainda jovem Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Instituições criadas em contextos distintos de discussão sobre o papel dos documentos – o APM foi criado em 1895, no bojo dos debates sobre a identidade nacional republicana, e o Arquivo da Cidade, em 1991, após discussões constituintes sobre o direito à memória e à cidadania – que refletem diferentemente os processos históricos de acumulação, guarda e tratamento dos mapas. Estratégias de sigilo, monumentalização, obsolescência e preservação física são alguns dos processos que podem explicar a clivagem institucionalizada entre o mapa e seu contexto documental. Busca-se na trajetória de cada instituição e na evolução dos diferentes campos de saber que se cruzam nessa questão – disciplinas como a história, a geografia, a cartografia e a arquivologia – dados elucidativos e pontos para um debate sobre as muitas formas de construção e uso do patrimônio documental cartográfico.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cartográfico; arquivos; Arquivo Público Mineiro; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

ABSTRACT

In this paper we discuss different ways of constituting cartographic holdings of records, starting from the example given by two institutions: the over-centennial “Arquivo Público Mineiro” and the still young “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”. Those institutions were created in different moments of discussion about the role of historical records: the “APM” was created in 1895, during the time when the republican national identity was debated, and the “Arquivo da Cidade” was created in 1991, past the time when the right of memory and of citizenship were largely discussed. The two institutions reflects differently the historical processes of the maps’ accumulation, storage and treatment. Strategies of secrecy, monumentalization, obsolescence and physical preservation are a few processes that may explain the institutionalized separation between a map and its documental context. We seek in the path of each institution and in the evolution of other fields of knowledge that interpenetrate in this matter – disciplines such as history, geography, cartography and archives administration – elucidative data and relevant information for a debate about the many forms of constructing and using the cartographic documental patrimony.

KEYWORDS: cartographic patrimony; archives; Arquivo Público Mineiro; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

I - MAPAS: DOCUMENTOS DA GEOGRAFIA, DOCUMENTOS DA HISTÓRIA, DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Em torno do estatuto documental dos mapas abrem-se círculos de significados das mais diversas naturezas. Registro polissêmico, agrega, condensa e mistura as linguagens visual e textual e ao longo da história tem se prestado a toda gama de usos e fruição. Nas últimas décadas, aproximadamente há trinta anos, processa-se uma ampla renovação na disciplina da História da Cartografia que se caracteriza não só pelo alargamento do conceito de mapa, mas por um profundo questionamento do seu estatuto de objetividade e transparência. Novos estudos e pesquisas tratam os documentos cartográficos tanto como objetos técnicos - produtos de construções sociais e culturais e meios de comunicação dotados de linguagem visual própria, quanto como objetos simbólicos, carregados de subjetividades e intencionalidades implícitas. Um outro viés da historiografia concebe ainda de forma mais ampla a natureza do mapa, não como um produto isolado mas como parte constitutiva de um processo, valorizando o mapeamento como uma prática social transformadora como tantas as outras.

Ao cabo desse processo renovador, tem crescido a demanda e a preocupação com as fontes disponíveis tanto para a história da cartografia, como para a história propriamente dita. Novos estudos tem demonstrado a fragilidade das datações e autorias dos mapas antigos, âncoras da história da cartografia tradicional, apensa à galeria de nomes, estilos e periodizações. Isto porque as pesquisas tem revelado a prática das reproduções manuscritas que se superpõem e se misturam ao longo do tempo, reproduzindo-se em diferentes épocas os documentos e dissolvendo as antes sólidas barreiras entre originais e cópias. Também o foco dos estudos tem se deslocado, pois

Ao interesse pelos mapas antigos enquanto *fontes objetivas* para uma outra história (da geografia, da arte ou da ciência) somaram-se os estudos do artefato cartográfico e dos processos de mapeamento como *objetos* de uma história em si mesma reveladora e significativa. (GOMES, 2004, p.76)

O novo programa não pode mais se contentar com acervos monumentais seletivos, compostos por obras de grande apelo geográfico ou artístico, desconectados de seus contextos documentais de origem. Configura-se uma crítica à *herança distorcida* (COSGROVE, 2002), que sempre privilegiou os mapas trabalhados artisticamente ou de importância estratégica, enquanto os mapas de uso cotidiano foram sistematicamente descartados. A preservação fortemente seletiva foi um fator determinante na composição de um acervo fragmentado, característica comum a diferentes conjuntos documentais reunidos em bibliotecas ou arquivos.

Por outro lado, entendidos como objetos técnicos, utilitários, os mapas também estiveram sujeitos ao crivo impiedoso da obsolescência e, em desuso, tinham prazo de validade vencido e eram sistematicamente descartados. Especialmente aqueles que, a partir do século XIX, foram despojados de seus atributos ornamentais e, sem o antigo apelo artístico para colecionadores e antiquários, não sustentavam mais o interesse dos seus produtores e usuários imediatos, como administradores, planejadores urbanos e geógrafos, sempre ávidos por informações atualizadas. A obsolescência cada vez mais rápida dos mapas é um fenômeno geral e resultante da própria historicidade do objeto cartográfico, e, como critério exclusivo de avaliação, uma ameaça constante ao patrimônio documental cartográfico.

Em termos da constituição dos acervos cartográficos, o maior comprometimento da organicidade desses documentos deu-se com a separação dos mapas dos contextos de sua produção documental – correspondências, processos jurídicos, relatos de viagem, memórias e relatórios técnicos – seja pelo seu alto valor no mercado antiquário, seja pela estratégia de sigilo de estado ou mesmo pelas políticas de preservação de museus e bibliotecas, sustentadas nas tradições da monumentalização e museologização da imagem cartográfica em detrimento do seu valor documental. Tradições presentes mesmo nos arquivos, embora, a organicidade tenha se consolidado como um dos princípios norteadores para o tratamento dos documentos arquivísticos a partir do século XIX.

Se o enunciado do mapa vem comandando em grande parte sua forma de acumulação e preservação (organicidade e monumentalização, obsolescência e cientificidade), por outro lado, os condicionantes do contexto histórico também configuraram forças no delineamento desses processos (sigilo, segurança, mercado antiquário).

Os campos técnico-científicos envolvidos na questão da preservação do patrimônio cartográfico – biblioteconomia, arquivologia, museologia – precisam se articular e desenvolver processos que respondam e atuem positivamente nesse amplo processo renovador da história da cartografia e da cartografia histórica. Estudos sobre as formas de acumulação, recolhimento, trânsito e preservação dos mapas, como aqui proposto de forma restrita a duas instituições arquivísticas, podem contribuir nesse sentido.

II - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: MAPAS COMO DOCUMENTOS HISTÓRICOS, IMPORTANTES PARA A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DE MINAS GERAIS..

Apesar do extraordinário valor documental do acervo do APM, reconhecido nacional e internacionalmente, só recentemente tem sido empreendidas pesquisas sistemáticas sobre as formas de acumulação dessa documentação, sua matriz original, as rupturas e continuidades que resultaram na construção de seu patrimônio documental. (PARRELA, 2009).

Especificamente no tocante ao acervo cartográfico pouco se conhece sobre suas proveniências e formas de acumulação. O conjunto soma mais de 1400 itens documentais¹, compreendendo na tipologia de documento cartográfico toda a família de imagens gráficas constituída por projetos arquitetônicos e de obras civis, diagramas e desenhos técnicos.² Pequena parte é constituída de manuscritos originais do período colonial, reunida na Seção Colonial. Se, de imediato a constatação de sua pouca expressão quantitativa nos intriga, especialmente em relação aos grandes volumes de documentos textuais, diversas ponderações podem contribuir na compreensão desta diáspora dos mapas coloniais. Documentos cartográficos são usualmente reunidos em coleções à parte da estrutura orgânica dos demais conjuntos documentais, os chamados *fundos*, procedimento usual na maior parte das instituições de guarda e tecnicamente justificada pela especificidade de sua linguagem, formato e dimensões.

Nesta dissociação funcional certamente informações do contexto documental de produção dos documentos cartográficos foram perdidos. Mas razões de ordem política, estratégica e cultural, que perpassam a produção, circulação e preservação destes documentos, podem ser elencadas para esclarecer as especificidades desta documentação: os mapas eram segredo de estado, instrumentos de penetração e domínio de territórios em disputa, objetos de desejo pelo seu apelo estético e simbólico, mercadoria de valor nos mercados antiquários.

Ao longo do tempo esses fatores resultaram em processos - muitas vezes antagônicos- de dispersão ou concentração desta herança documental. No momento de sua produção, por tratar-se de uma produção *do período colonial*, subordinada, portanto, aos interesses da metrópole portuguesa, o destino dos originais manuscritos, muitas vezes únicos e sigilosos, só poderia mesmo ser a sua gradativa concentração nos quadros mais altos da burocracia colonial e, acima de tudo, a metrópole de ultramar.

Em etapas posteriores, os documentos coloniais sofreriam a dispersão do esquecimento ou da valorização antiquária (no caso dos documentos de grande apelo estético e simbólico) em gabinetes de curiosidades, seções de iconografia, museus e bibliotecas particulares ou migrariam para uma concentração sugestiva nos gabinetes militares e diplomáticos da Corte, seja em Portugal ou no Rio de Janeiro.

No acervo do APM hoje há uma concentração remanescente, poder-se-ia dizer residual, de mapas coloniais manuscritos, adquiridos ou doados individualmente, e séries de cópias de diversa natureza (manuscritas, impressas, fotográficas, litográficas), reproduzidas como base cartográfica para diferentes objetivos, mas especialmente para compor dossiês de litígios de limites.

¹ Segundo o levantamento realizado em 1999.

² Esta é uma conceituação sujeita a severas críticas sob o ponto de vista da especificidade da linguagem cartográfica, embora seja compatível com as tipologias descritivas do campo arquivístico.

Apesar dos poucos dados sistematizados sobre a origem desses documentos é certo que seu núcleo principal é originário das iniciativas seminais do fundador do Arquivo, José Pedro Xavier da Veiga, e do grupo de intelectuais, políticos e colaboradores por ele arrematados para promover o amplo e ambicioso processo de recolhimento das fontes.

Desde o primeiro momento buscou-se reunir *uma gama variada de fontes importantes para a história e geografia de Minas Gerais* (CARNEIRO, 1998, p.29). Segundo Parrela, o regulamento de criação do APM definia no art. 5º os acervos que deveriam constituir a seção de História e Geografia, sendo o tema da constituição do território e dos limites fundamental:

Em seguida, são indicados diversos tipos documentais (cartas régias, ordens, resoluções, bandos, avisos, autos, mapas, notícias, etc.) relativos aos limites do estado com São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Goiás. Esse tema foi objeto de vários estudos, especialmente pelo segundo diretor da casa, Augusto de Lima. (PARRELA, 2009, p.169, grifo nosso)

Também são arrolados temas diretamente relacionados à formação do território como as divisões eclesiástica, administração e judiciária, além do recenseamento. O regulamento também preconizava a compra de documentos de particulares, revelando a associação entre o mapa e seu valor comercial:

Quanto à abordagem aos particulares detentores de acervos de interesse para o Arquivo que não os quisesse ceder seria oferecido valor negociado pelo diretor e proposto à Secretaria de Estado do Interior para a compra. Quando se tratasse de documentos de cujo valor de mercado se tinha conhecimento, como livros, opúsculos, mapas, etc., ou de documentos de pequenos valores, cópias autênticas ou certidões de documentos existentes no país ou em Portugal, o diretor do APM podia decidir por sua compra, o que deveria ser registrado em livro próprio no Arquivo (PARRELA, 2009, p.166, grifo nosso).

Entre os temas mais importantes então abordados por Xavier da Veiga na sua produção intelectual estava a questão dos limites entre os estados, em consonância política com os interesses do governo provincial em fins do século XIX. Tal interesse oficial do governo e intelectual do primeiro diretor do APM influenciou significativamente a configuração original do acervo cartográfico da instituição e sua posterior acumulação.

As investidas de Xavier da Veiga para amearhar acervos sobre limites coincidem com um momento de expressiva produção de documentos cartográficos, debates sobre a sua importância e tentativas de recuperação de documentos antigos. São desse período as aquisições de alguns dos mapas mais antigos e conhecidos da capitania. O melhor exemplo seria a aquisição de trabalhos de José Joaquim da Rocha, como o *Mappa da Comarca de Sabará*, de 1778, que foram *adquiridos em Lisboa pelo Sr. David Campista, no leilão*

da importantíssima *Livraria do Conde de Linhares*, em virtude de recomendação do Exmo. Sr. Secretário do Interior, Dr. Henrique Diniz.³

Parrela cita outros exemplos da atuação dos correspondentes como protagonistas no recolhimento dos documentos cartográficos como no caso do padre José Joaquim Correia de Almeida:

Como o correspondente do APM em Barbacena, ele foi o intermediador de doações como uma do senador estadual, Camilo Maria Ferreira da Fonseca, de “carta geográfica de uma parte das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, feita pelo engenheiro da Companhia Minas e Indústria” (PARRELA, 2009, p. 188).

Ou ainda,

Além das doações de Fernando Lobo, o seu irmão, o engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira, seria também um doador de acervos. Foram plantas, estudos de geografia e rede ferroviária, sua área de atuação, obras relativas à sua cidade natal, Campanha, os manuscritos de seus escritos para a RAPM e cópias de documentos relativos às descobertas de minerais no estado (PARRELA, 2009, p. 190).

Entre os diferentes usos dos mapas que foram determinantes nas suas formas de produção, trânsito e acumulação, um particularmente importante para se entender a configuração do acervo do APM é a sua apropriação como arma científica e retórica nos embates sobre limites entre regiões e estados. Como apontamos em texto anterior,

Os contendores de ambos os lados empreenderam pesquisas com o objetivo de levantar e utilizar a seu favor todos os mapas existentes que, em suas interpretações, confirmavam a posse sobre determinado território. Grande parte da argumentação técnica e jurídica passa a depender da existência desses documentos e da sua interpretação, pois muitas vezes os mesmos mapas eram utilizados para defender posições antagônicas. Antigos testemunhos cartográficos eram evocados num conjunto mais amplo de *provas*, reunidas por cada lado, composto de leis, acordos, tratados geográficos, relatos de viajantes, informações locais, entre outros. [...]

O *locus* das pesquisas relativas aos limites passou a ser o Arquivo Público Mineiro, entendido como o depositório dos documentos probatórios e das memórias legitimadoras das pretensões territoriais mineiras. (GOMES, 2005, p.2009)

A partir do século XIX, especialmente com o incremento das técnicas de reprodução e o caráter mais e mais pragmático do empreendimento cartográfico, a produção de documentos cresce e se diversifica, resultando em grandes conjuntos seriados de mapas de municípios, bases cartográficas territoriais para implantação de serviços e “melhorias do progresso” como distritos eleitorais, estradas de ferro, correios, reconhecimento de terras, limites.

³ CADERNO de Publicações relativas ao APM, Doação ao APM/JXV, 06/05/1896. Cx. 09, p.2.

Refletindo esta expansão da atividade cartográfica, a documentação preservada no APM relativa ao período provincial é mais significativa em termos numéricos, composta por grande número de cartas regionais, produzida em escalas grandes, relacionadas a demandas técnicas como construção de pontes, estradas de rodagem e de ferro, obras de saneamento, postos de correios. Constata-se a existência de um grande número de cópias de documentos mais antigos, realizadas para servirem de bases cartográficas para serviços como os acima citados ou novamente voltados para a questão de limites entre os estados.

Durante a gestão de Augusto de Lima (de fevereiro de 1901 a setembro de 1910), as investidas para recolher tais acervos pelas secretarias tinham como preocupação o estado de sua conservação nestes locais, já que eram difíceis de guardar sem o uso de mapotecas, e a importância que o acervo tinha como documento para se discutir as questões de limites. Já durante a gestão de seu sobrinho Mário Franzen de Lima (1922-1936), marcada, entre outros aspectos, por sua posição à frente da coordenação dos festejos do Centenário da Independência, o seu valor estético como peças síntese da história e do crescimento da nação é bem mais lembrado por seu caráter pedagógico e museal.

Na gestão de Francisco de Moura (setembro de 1910 a outubro de 1920), doações espontâneas

[...] ainda eram comuns, assim como as doações solicitadas a terceiros, fossem eles particulares ou homens do governo. Tal era o caso do acervo composto por mapas, cartas hidrográficas e plantas dos séculos XVIII e XIX que estavam em poder de Mendes Pimentel, em 1912, que incluíam desde o mapa do Rio Doce, de José Joaquim da Rocha, até mapa do Espírito Santo com parte de Minas Gerais, de 1856 (PARRELA, 2009, p.198).

Neste conjunto documental tão disperso, o trabalho desses diretores era de uma verdadeira heurística dos mapas, do ponto de vista tanto arquivístico como museal. Infelizmente, boa parte do acervo cartográfico citado pelos atores não se encontra no Arquivo nem no Museu hoje. Acredita-se que tenha se perdido, pelas dificuldades de manuseio e guarda, ou tenha sido transferida para novos departamentos, como o Departamento de Águas ou o Departamento de Bondes, na Nova Capital, ou ainda, tenha sido doada a particulares, ilustres pesquisadores, o que fortalecia a organização de acervos paralelos em repartições e residências.

Outras questões interessantes podem ser levantadas quando observamos as formas de produção de algumas séries cartográficas preservadas no APM, como no caso de duas coleções: os mapas impressos da Comissão Geográfica e Geológica de Minas e as cópias dos mapas municipais gerados pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais.

No primeiro caso, a coleção abrange as cartas produzidas entre fins do século XIX e a década de 1930, e que, uma vez impressas em grandes tiragens, foram gradativamente recolhidas ao Arquivo, desconectadas do seu contexto de produção, qual seja o acervo da Comissão Geográfica e Geológica, preservado no

Instituto de Geociências do Estado. A comissão, no decurso de suas atividades de mapeamento, gerou um conjunto intertextual de registros documentais – relatórios, croquis de campo, fotografias, mapas manuscritos – que resultaram ao final nas folhas impressas, distribuídas gratuita ou comercialmente (Gomes, 2005). Esse acervo, de inequívoco valor permanente, nunca foi recolhido ao APM, mantendo-se como uma espécie de *arquivo morto* no próprio IGA, gerando esta herança documental distorcida, na expressão de Cosgrove (2002).

A outra série constitui-se dos mapas produzidos em 1939 dentro da grande campanha nacional de mapas municipais, sob a responsabilidade do Serviço Geográfico do Estado, que na época foi considerada uma produção exemplar para todo o país (GOMES, 2010). Os originais manuscritos foram expostos na Exposição Nacional dos Mapas Municipais, promovido no Rio de Janeiro pelo IBGE. Até o presente momento, não há registros da preservação deste conjunto ou de parte dele, o que sustenta a hipótese de sua eliminação indiscriminada em decorrência de critérios como obsolescência dos dados. Desaparecidos os originais, restam as séries de cópias hoje existentes no IGA (órgão sucessor do Serviço Geográfico, portanto, produtor dos documentos) e no próprio APM, para onde foram recolhidos 296 cópias *blueprint* a partir da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

O peso da abordagem temática dos recolhimentos e da acumulação estava expressa na própria organização do acervo, até sua reestruturação no final dos anos 1990. Enquanto a maior parte dos documentos eram arranjados pela proveniência institucional, os fundos, uma grande sub-série temática fora criada com o título Limites, na qual os documentos foram reunidos pela tema e subdivididos pelo corte espacial, entre os estados limítrofes de Minas (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás, excetuando-se a Bahia). Nessa série foram acumulados documentos manuscritos, impressos, cópias e originais e seu período de abrangência também foi alargado cobrindo os três séculos de história mineira.

O rearranjo da documentação a partir de critérios pertinentes às teorias e práticas arquivísticas contemporâneas significou a afirmação do princípio de proveniência, o que, em se tratando de documentos cartográficos, significou de fato um esforço para o retorno dos mapas aos contextos de sua produção documental.

Como diz o texto introdutório do catálogo então produzido,

Tendo como referência central o *princípio da proveniência* ou *de respeito aos fundos*, e objetivando para tanto identificar os órgãos produtores/acumuladores dos documentos cartográficos, foi efetivada uma minuciosa pesquisa sobre a estrutura administrativa de Minas Gerais, atividade que permitiu resgatar dados específicos e complementar informações já consolidadas na pesquisa *Estrutura e Dinâmica da Organização Político - Administrativa de Minas Gerais*, desenvolvida no APM em anos anteriores. Foi possível assim, em certa medida, organizar os mapas e plantas dentro de seus respectivos fundos, respeitando a estrutura organizacional que os gerou. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, p.6)

Ainda hoje o Arquivo Público Mineiro trabalha em massas documentais acumuladas desde os anos 1930-40, exumando novas séries e itens documentais. Nos fundos que estão sendo organizados desde 2005 (Secretaria de Agricultura, Secretaria de Viação e Obras Pública e Secretaria do Interior) foram encontrados novos mapas, inéditos. O acervo comporta ainda uma coleção de atlas guardados na biblioteca da instituição.

III - ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: MAPAS, DOCUMENTOS CORRENTES E PERMANENTES

No final da década de 1980, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte deu início a um debate interno com o objetivo de implantar um arquivo municipal, parte de um processo mais amplo de estabelecimento de uma política de proteção para o patrimônio cultural do município, iniciado em 1984.⁴ Esse processo redesenhou a estrutura administrativa municipal, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura em 1989, e saiu fortalecido com a promulgação da Lei Orgânica do Município em 1990. Em seu artigo 168, contido no capítulo *Da Cultura*, a lei definia a necessidade de proteção por parte do Município de seu patrimônio histórico e cultural e agregava o parágrafo único:

O Poder Público manterá sistema de arquivos públicos e privados com a finalidade de promover o recolhimento, a preservação e a divulgação do patrimônio documental de organismos públicos municipais, bem como de documentos privados de interesse público (...)⁵

Desde esse primeiro enunciado, é possível observar tanto no aparato legal que cercou a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, como em suas práticas seminais, uma forte identificação com os preceitos da moderna teoria arquivística, as mesmas matrizes conceituais que embasaram a legislação federal, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1991.

No ano de 1989 foi constituída uma Comissão Técnica formada por servidores municipais e acadêmicos, tendo à frente da coordenação o professor Luiz Gonzaga Teixeira e no assessoramento técnico Norma de Góes Monteiro. Esta comissão, tendo como base a minuta da lei federal, elaborou dois anteprojetos de lei - para implantação da política municipal de arquivos e para a criação do arquivo público municipal - que foram encaminhados ao prefeito ainda no mesmo ano.

Esta mesma comissão preparou ainda um grande seminário técnico, no qual autoridades convidadas debateram as questões teóricas e legais ligadas aos arquivos públicos, sob a perspectiva da constituição da

⁴ Lei 3.802/84 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

⁵ BELO HORIZONTE. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, de 21 de março de 1990.

memória de Belo Horizonte e especial ênfase nos aspectos modernizadores da administração pública. Partindo da teoria do ciclo vital dos documentos – fases corrente, intermediária e permanente – as principais falas técnicas do seminário reforçaram o papel ativo do arquivo moderno na garantia e controle das boas práticas administrativas em todo o processo, desde a produção do documento até a sua eliminação ou preservação permanente.

Após quase dois anos de tramitação entre o executivo e o legislativo municipal, em 1991 a legislação municipal foi publicada, estabelecendo as bases da política municipal de arquivos públicos e privados, e dispondo ser dever do poder público a gestão documental e a proteção dos documentos de arquivo.⁶

Já nas primeiras reuniões e debates da Comissão Técnica, questões basilares que posteriormente norteariam a ação do Arquivo foram sendo colocadas, especialmente devido à experiência de Norma de Góes Monteiro com o processo de modernização do Arquivo Nacional, também em curso naquele momento. A produção de um diagnóstico dos acervos acumulados pela Prefeitura para o seu conseqüente recolhimento foi de imediato priorizado, sob o argumento técnico de que o arquivo público deveria fundamentalmente tratar da documentação governamental.

Entre os acervos acumulados a preocupação inicial foi a preservação do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Belo Horizonte foi uma capital planejada e construída a partir da decisão do governo estadual de transferir sua sede da antiga Ouro Preto para um novo espaço. A documentação relativa a esta grande empreitada, constituída de correspondências, relatórios técnicos, documentos contábeis, fotografias, publicações e um grande acervo de plantas e mapas, foi felizmente preservada, em grande parte pela própria ação da Comissão, que tinha como objetivo a produção de uma memória celebrativa e monumentalizante de sua ação.⁷

A questão da preservação do acervo cartográfico da Comissão Construtora foi entendida como um primeiro desafio, especialmente pelo fato delas manterem sua utilidade como documentos correntes, ainda sendo utilizadas a despeito de sua inequívoca importância histórica e da fragilidade do suporte. Composta de uma série de imagens em diferentes escalas, formatos e conteúdos, o acervo cartográfico da CCNC singulariza-se por abranger e representar os muitos usos da cartografia, desde o planejamento urbano às plantas de desapropriação dos imóveis, dos levantamentos topográficos detalhados às imagens ilustrativas e propagandísticas do empreendimento.

⁶ BELO HORIZONTE. Lei n. 5.899 de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei n. 5.900 de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências.

⁷ Para conhecer a trajetória do acervo da Comissão Construtora, ver: GOMES *et alli*, 2007; PARRELA, 2009.

Por ocasião da criação do APCBH, encontrava-se em sua maior parte em alguns departamentos da Prefeitura e, entre 1993 e 1994, foi recolhida ao APCBH e desde então recebe tratamento físico e intelectual em contínuo aprimoramento.⁸ Cumpre salientar ainda que a preservação desta documentação deveu-se, curiosamente, a dois processos aparentemente antagônicos: em sua origem, à estratégia monumentalizante da própria Comissão, que regulamentou criteriosamente os procedimentos a fim de criar uma memória técnica; e, ao longo do tempo, pela manutenção de sua organicidade, visto que nunca deixaram de ser documentos administrativos, gerados no decorrer das atividades dos órgãos públicos.

As ações em relação ao acervo da Comissão foram privilegiadas ainda pelo fato da própria CCNC ter tido o cuidado de estruturar bem os seus arquivos, organizados por suas seções, e repassá-los à Prefeitura quando de sua fundação, em 1898. Essa instituição arquivística, no entanto, desapareceria da estrutura administrativa da capital mineira a partir dos anos 1960.

No caso dos acervos de arquitetura e engenharia, as regras sobre a preservação do acervo e os cuidados que o guarda-livros da Diretoria de Obras deveria ter com o acervo, seguiam a princípio as determinações da CCNC, que eram bem rígidas no que tange a sua organização. O acervo deveria ser organizado levando em conta a ordem dada por seu produtor.⁹ Em umas das análises do texto *Notas Cronológicas*, de Octávio Penna, nos anos de 1940, Abílio Barreto afirmava que

[...] a “cidade das rosas” que já tem do ponto de vista cartográfico, nas plantas sucessivas da Prefeitura, o seu desenvolvimento registrado, terá igualmente com as nossas contribuições a sua história sob múltiplos aspectos registrada dia a dia.¹⁰

Dando prosseguimento a sua estratégia de identificação da documentação acumulada e conseqüente recolhimento ao Arquivo, ao longo da década de 1990, o APCBH recolheu grandes acervos dos órgãos municipais e também coleções ou documentos avulsos, entre os quais diversos documentos cartográficos, fossem mapas impressos, plantas urbanas, restituições de levantamentos aerofotogramétricos, planos de intervenção urbana, projetos arquitetônicos. Uma característica desses documentos era a reapropriação de mapas ou plantas anteriores, que serviam de base cartográfica para novos projetos e novos usos. Ao agregar e superpor camadas de informações novas a uma imagem anterior, fosse impressa ou cópia, um novo

⁸ Este acervo compõe o Subfundo Comissão Construtora da Nova Capital. Outras duas instituições guardam também documentos gerados pela Comissão: o Museu Histórico Abílio Barreto e o Arquivo Público Mineiro. Através de um projeto interinstitucional, patrocinado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, toda a documentação foi microfilmada, digitalizada e reunida virtualmente em um banco de dados comum, cujo acesso está disponível na rede web pelo site www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br. (Gomes et alii, 2007)

⁹ Para mais detalhes, ver PARRELA, LOPASSO, 2005.

¹⁰ Barreto fazia comentários sobre o esboço do livro *Notas Cronológicas de Belo Horizonte*, que Penna só iria publicar em 1950. Cf.: MHAB, AB/Co, 1/017 A [1944], fl.3.

documento cartográfico original era produzido. Esses usos sucessivos e reapropriações são muito comuns nos trabalhos urbanos e, portanto, recorrentes na produção documental das administrações municipais.

Em um primeiro momento, o APCBH reproduziu as práticas tradicionais de separação entre o mapa e os demais documentos oriundos das atividades que o originaram, e realizou um arranjo desses registros em um catálogo específico, no qual os diferentes mapas e plantas eram identificados pela sua procedência imediata, produzindo um instrumento de consulta preliminar. Superando esta primeira etapa de arranjo e coerente com a teoria arquivística que preconiza a inserção dos documentos, independente de seu suporte, no fundo documental de origem, o APCBH vem gradativamente desmontando este catálogo e (re)inserindo os documentos cartográficos nos fundos correspondentes.¹¹

É o caso do fundo da Secretaria de Regulação Urbana, cujo inventário finalizado em 2008 apresenta longas séries nas quais avolumam-se registros cartográficos significativos da ocupação do solo urbano, particularmente na série histórica das chamadas CP's, composta de cerca de 1500 plantas de parcelamento do solo, imagens visualizadoras e legitimadoras da constituição de bairros, vilas e outros espaços urbanos. São séries fragmentadas, lacunares, residuais, pois o valor corrente impediu a preservação dos testemunhos que permaneceram sendo utilizados não só para consultas como também para novas incorporações de dados. Outras séries advindas das atividades urbanas são as restituições gráficas dos levantamentos aerofotogramétricos, cópias heliográficas de plantas cadastrais do município de diferentes épocas, cartas temáticas, plantas de áreas específicas.

Mapas gerais e temáticos, planos e cartas urbanas foram recolhidos ao APCBH de outras unidades da administração municipal como Procuradoria Geral do Município, Prodabel, Urbel e BHTrans. Com a implantação em 1997 da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos na Prefeitura de Belo Horizonte, um fluxo mais direto e racional tem sido estabelecido entre as fases corrente, intermediária e permanente dos documentos.¹² Mas a dificuldade na conexão dos mapas e cartas ao seu contexto original permanece, e parte significativa desse acervo cartográfico ainda encontra-se reunido como coleção de documentos avulsos. Permanece como perspectiva e princípio da instituição manter apenas residualmente esta coleção, à medida em que os acervos forem arranjados e as práticas de transferência e recolhimento assegurarem o vínculo funcional entre o mapa e o fundo documental de origem.

¹¹ Um outro instrumento de pesquisa foi produzido em 2008, o Catálogo Seletivo do Acervo Cartográfico da Comissão Construtora, que buscou avançar no padrão descritivo dos mapas enquanto itens documentais, sem dissociá-los dos contextos de sua produção.

¹² A primeira versão da Tabela foi publicada através do Decreto Municipal n. 9223, de 20 de maio de 1997. Em 1999, houve uma rerratificação dos prazos, pelo Decreto Municipal n. 9971.

IV - CONCLUSÕES

Em torno da preservação e da qualificação das condições de acesso aos acervos cartográficos dispersos em diferentes instituições, podemos levantar algumas questões, à luz das trajetórias aqui delineadas. Isto porque a perspectiva mais individualizada das instituições arquivísticas, mais coladas às modalidades historicamente moldadas de produção, acumulação, trânsito e preservação dos documentos, são mais sugestivas do que os padrões universalizantes das grandes bibliotecas e mapotecas nas várias partes do mundo.

Quanto à organização desses documentos nas instituições, o princípio basilar da atividade arquivística – o princípio da proveniência – aproxima-se conceitualmente da preconizada associação entre mapa e seu contexto, como afirmam hoje os historiadores da cartografia. Assim, é possível estabelecer uma aproximação entre história da cartografia e teoria arquivística, no tocante ao preconizado retorno do mapa ao seu fundo documental de origem.

Parece já consagrado nas práticas arquivísticas - e o APM e o APCBH são exemplos disso - que a separação física dos documentos gráficos, para fins de melhor armazenagem devido aos diferentes formatos e suportes - não deve comprometer o vínculo funcional da documentação, mantendo-os unidos no arranjo intelectual. Por outro lado, nas coleções cartográficas das bibliotecas ainda prevalecem como princípios intelectuais de organização os recortes cronológicos, temáticos ou mais comumente geográficos, fundados na idéia do mapa como autoridade em si.

A descrição arquivística e a catalogação biblioteconômica permanecem como atividades bem distintas. As plataformas de descrição dos documentos cartográficos, tanto no APCBH como no APM, têm evoluído no sentido de incorporar os mapas aos seus fundos de origem, mas ainda carecem de estudos mais especializados e interdisciplinares para a sua descrição técnica no nível do item documental.¹³

Já as tradicionais práticas biblioteconômicas de catalogação ainda prevalecem em grandes acervos de mapotecas, enraizando sua taxonomia nas categorias advindas da historiografia da cartografia mais tradicional, aquela vinculada ao pensamento de uma evolução linear e triunfalista da cartografia. No entanto, seu aparato de erudição e domínio da linguagem cartográfica específica são fundamentais na identificação das características específicas dos mapas, tanto para embasar as escolhas no arranjo da documentação, mas principalmente para a descrição de itens, que se aproxima tecnicamente da catalogação clássicas dadas as mapotecas.

¹³ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o item documental é a unidade documental fisicamente indivisível (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.110).

Divergências e convergências metodológicas parecem apontar para a necessidade de trabalho interdisciplinar no tratamento da documentação cartográfica, seja aquela recolhida às instituições arquivísticas seja aquela preservada nas bibliotecas especializadas e mapotecas dos museus.

E, embora, pareça que desafios ainda maiores se avizinhem com a revolução digital e a inserção dos mapas em bases de dados nos quais o item documental surge novamente individualizado, fazendo desaparecer de vez o contexto documental nas estratégias de busca, desde 1995, o Conselho Internacional de Arquivos tem conduzido discussões no sentido de criar um padrão de descrição internacional. A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, a chamada ISAD(G), e sua adaptação à realidade brasileira, a Nobrade, não solucionam os problemas apontados acima, que dependem da integração dos especialistas da área nas atividades de tratamento dos acervos. Mas, corrobora nossas defesas de um maior conhecimento do contexto de produção do documento cartográfico ao valorizar o histórico do documento e sua história administrativa.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Inventário do Fundo Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana*. Belo Horizonte: 2008.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Coleção dos documentos cartográficos*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, [1999].
- CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida, NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras; 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- COSGROVE, Denis. (Org.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. *Geosp*, v.16, p.67-79, 2004.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Mapas e mapeamentos, dimensões históricas; políticas cartográficas em Minas Gerais*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. A exposição nacional de mapas municipais, 1940: a encenação nacionalista da imagem cartográfica. *3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo, abril de 2010. Disponível em: [http://3siahc.wordpress.com/memorias/#Maria do Carmo Andrade Gomes](http://3siahc.wordpress.com/memorias/#Maria%20do%20Carmo%20Andrade%20Gomes)
- GOMES, Maria do Carmo Andrade, CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida, PIMENTEL, Thais Cougo Velloso. Uma experiência interinstitucional. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, p. 176-189, 2007.

ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística*: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

PARRELA, Ivana D. *Entre Arquivos, Bibliotecas e Museus*: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da Pátria Mineira - 1895–1937. 415 fl, 2009. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG.

PARRELA, Ivana D. Arquivo, gestão de documentos e preservação da memória da cidade. In: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE. 2003. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Planejamento / Departamento de Informações Técnicas, 2004.

PARRELA, Ivana D.; LOPASSO, Eise F. Os Acervos sobre edificações da cidade de Belo Horizonte: histórico do recolhimento e perspectivas de tratamento. In: *Anais do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul*. CD-ROM, São Paulo: ARQ-SP, CEDIC/PUC-SP, 2005. 11p. JAM1.

SEMINÁRIO Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.